

A Convenção dos Direitos da Criança das Nações Unidas e @ Educador@ Social

*a criança e o adolescente em
contextos de acolhimento*



*(a partir do documento “The UN Convention on the Rights of the
Child and Social Education - children placed outside the home”
do Forum de Educadores Sociais dos Países Nórdicos)*

aees sp
Associação dos Educadores e Educadoras Sociais
do Estado de São Paulo

**AEESP/AIEJI
2012**

Fórum Nórdico de Educadores Sociais 2011

Barneøyne	Os olhos das crianças
Barn. Jeg har sett i øynene dine. Slik er det jeg ennå tør synge.	Crianças. Eu vi por seus olhos. É por isso que eu ainda me atrevo a cantar.
Jeg har sett det uskyldige. Slik er det jeg tar dine hender og er ved å tro.	Eu vi o inocente. É por isso que eu pego suas mãos e é de verdade.
Din bjarte røst vil jeg kjenne risle gjennom min egen, sive ned i mørke som dagningen ned i en natt	Sua voz arbórea, eu sei gotejar através da minha própria escoar para dentro do escuro o amanhecer na noite
Ved deg tør jeg ennå håpe. Over endeløs skam står begynnelsens hellige lys. Ennå en gang.	Se você ousar ainda espero. Da vergonha sem fim começa a luz sagrada. Ainda uma vez.

Einar Skjæraasen

Publication: NORDISK FORUM FOR SOCIALPÆDAGOGER

Print: Socialpædagogernes Landsforbund, Denmark

ISBN:

November 2011

Editorial team: Ellen Galaasen, Mette Grostøl, Maud Wang Hansen, Inge Kvaran and Vagn Michelsen

Tradução para o Português a partir da versão em inglês produzida pelo Escritório da AIEJI na Dinamarca.

Introdução

A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança é a constituição das crianças. Ela celebrou em 2009 seu 20º aniversário e a maioria dos países já a ratificaram. Em 2010 e 2011 O Comitê da ONU para as Crianças reuniram os Estados Membros para verificação. O comitê examinou em que extensão os Estados Membros implementaram a convenção e se cumpriram suas intenções. O comitê tem diferentes demandas para cada país, dependendo da situação de seu trabalho com a convenção.

A maior parte das crianças nos países nórdicos têm boas possibilidades de uma vida confortável e segura como crianças. Mesmo assim, isto não significa que o desenvolvimento de todas as crianças é feliz. Em todos os países nórdicos existem crianças que crescem sob circunstâncias adversas. Meninos e meninas que encaram privação e têm graves questões com que lidar. Maltratos, abuso, violência e negligência – problemas comportamentais e sofrimento mental. Crianças que necessitam de cuidados especiais e apoio.

Em particular, a ONU questiona as circunstâncias em relação à crianças em situação de vulnerabilidade nos países nórdicos. A crítica é endereçada, por exemplo, ao rebaixamento da idade penal na Dinamarca, onde há também condições inaceitáveis para as crianças em centros de acolhimento e uma posição não sistemática em relação aos direitos da criança. Nas Ilhas Faroe, a Convenção tem pouco ou nenhum impacto. Há uma ausência de estatísticas que mostrem a extensão em que os direitos da criança são assegurados. Entre outras coisas, ninguém sabe a extensão da pobreza entre as crianças ou o abuso sexual nas Ilhas Faroe.

A Groenlândia recebeu elogios por suas reformas relativas à crianças e adolescentes, assim como por sua cooperação com a UNICEF. Este elogio, contudo, deve ser visto sob a luz de um setor social em profunda crise, com muitas crianças crescendo sob condições inaceitáveis. O Comitê questiona se o apoio psico-social às crianças e adolescentes é adequado.

Noruega é, entre outras coisas, questionada pelo fato de que crianças e adolescentes não são adequadamente familiarizadas aos conteúdos da convenção. Crianças e adolescentes em risco não têm assegurado o socorro e apoio que necessitam. Isto vale para a busca por acolhimento para crianças e adolescentes abandonados ou órfãos, crianças com contextos minoritários e expostas a violência e abuso. Noruega é também criticada pelo fato de não incluir as crianças nos processos de tomada de decisões relacionadas a elas mesmas.

Assim como os outros países nórdicos, Suécia e Islândia ratificaram a Convenção das Nações Unidas sobre os direitos da Criança. Mas não está incorporada às leis de nenhum destes países. O Comitê das Nações Unidas para a Criança recomendam à Suécia que reconheçam em lei o status da convenção e incluir a incluir nos planos de educação escolar. Na Islândia, crianças condenadas por um crime podem optar por cumprir suas sentenças em uma prisão entre prisioneiros adultos ou em um centro de tratamento infantil.

A convenção dos direitos da criança não só vive na obscuridade na maioria das legislações e administrações nacionais. Também há muito poucas crianças e adolescentes conscientes de seu conteúdo e, assim, a convenção não tem grande importância para eles. Isto, em particular, afeta crianças e adolescentes em situação de risco. Se a Convenção Nações Unidas para a criança precisa sair da obscuridade, os profissionais que trabalham com crianças e adolescentes e aqueles responsáveis por eles devem se comprometer em usar a convenção abertamente em sua prática diária.

Crianças expostas são as crianças de famílias em situação de risco, crianças e adolescentes com histórias difíceis, crescendo em famílias com questões complexas – crianças e adolescentes cujo desenvolvimento está ameaçado. A convenção das crianças estabelece uma diretriz de que *todas* as crianças devem exercer certos direitos: ao se desenvolver, serem protegidas de todas as formas de ameaça ou abuso

e serem incluídas nas decisões, ações e desenvolvimentos que aconteçam em casa, na escola e na sociedade.

Com este documento, o Fórum Nórdico de Educadores Sociais deseja assegurar que a convenção da criança tenha um papel legítimo no trabalho do educador social. No Fórum Nórdico de Educadores Sociais, temos a visão de que a profissão como um todo e os homens e mulheres que trabalham neste campo querem implementar a convenção e usar seus princípios em seu trabalho prático diário como educadores sociais junto a crianças e adolescentes vulneráveis. Usar a convenção no trabalho diário implica uma responsabilidade sócio-política e ética a ser dedicada à situação da criança e do adolescente visíveis quando seus direitos são violados.

O foco deste documento são as crianças e adolescentes acolhidos em outros locais que sua residência familiar. Crianças e adolescentes que encaram problemas sociais e circunstâncias problemáticas em seu desenvolvimento. As crianças mais vulneráveis, acolhidas fora de suas casas e de seu ambiente costumeiro.

A mensagem é que

- os direitos das crianças, como expressos na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, deveriam ser incorporados em todas as administrações e legislações nacionais
- crianças acolhidas fora de suas casas familiares devem ter seus direitos assegurados por lei durante o acolhimento
- todos os países Nórdicos devem ter um ouvidor das crianças que possa monitorar a implementação da convenção
- todos os profissionais responsáveis por crianças e adolescentes são obrigados a se comprometer com a convenção e usá-la em sua prática diária
- as instituições educacionais devem assegurar que os estudantes conheçam os direitos da criança e adquiram as necessárias competências para cumprir integralmente estes direitos.

O documento apresenta um leque de questões que esperamos que sejam discutidos por você e seus colegas de trabalho. Temos certeza que o debate fortalecerá e desenvolverá um profissionalismo mais potente no trabalho com crianças e adolescentes.

O Comitê Executivo, 26 de outubro de 2011

<i>Kaaliina Skifte</i>	<i>Laufey Elisabet Gissurardóttir</i>	<i>Marjaana Snabb</i>
Groenlândia	Islândia	Finlândia
<i>Maud Wang Hansen</i>	<i>Ellen Galaasen</i>	<i>Yvonne Ahlström</i>
Ilhas Faroe	Noruega	Suécia
<i>Benny Andersen</i>		
Dinamarca		

Fórum Nórdico de Educadores Sociais 2011 é uma associação dos sindicatos Nórdicos que representam os educadores sociais. Dinamarca: Socialpædagogernes Landsforbund; Finlândia: Socialpedagogerna Talentia rf; Ilhas Faroe: Føroya Pedagogfelag; Groenlândia: Perorsaasut Ilinniarsimasut Peqatigiiffiat (PIP); Islândia: Proskapjálfafélag Íslands; Noruega: Fellesorganisasjonen (FO) for barnevernpedagoger, sosionomer, vernepleiere og velferdsarbeidere; Suécia: Sveriges Kommuntjänstemannaförbund, Vision.

Índice

1. A perspectiva da criança e a perspectiva sobre a criança

Neste capítulo a visão sobre a criança e perspectivas das crianças no trabalho com elas são discutidas. O que é qualidade de vida para a criança? Como são vistas crianças e jovens marginalizados?

Pag 6

2. Artigos centrais da Convenção das Nações Unidas sobre Direitos da Criança - a função e o papel do educador social

Neste capítulo, artigos centrais da Convenção das Nações Unidas sobre Direitos da Criança são introduzidos: proteção, desenvolvimento e inclusão, entendidos como princípios e direitos que educadores sociais e casas de acolhimento devem implementar no cotidiano da prática da educação social.

Pag 11

5. Uma vida cotidiana melhor

Neste capítulo discutimos a vida cotidiana em casas lares de acolhimento e similares como desenvolvida em suas próprias rotinas, regras e padrões comportamentais que emergem e que podem limitar as opções de vida de crianças e adolescentes acolhidos. Há exemplos de como uma cultura que corresponda aos direitos e necessidades de crianças e jovens possa ser desenvolvida.

Pag 18

6. Temas - dilemas e desafios

Este último capítulo é uma discussão concluindo coloca a convenção entre os ideais e as condições da realidade. O que pode o educador social fazer, quais dilemas e restrições ele encara? O capítulo termina com um leque de questões a serem discutidos nos locais de trabalho.

Pag 25

1. A perspectiva da criança e a perspectiva sobre a criança

Neste capítulo a visão sobre a criança e perspectivas das crianças no trabalho com elas são discutidas. O que é qualidade de vida para a criança? Como são vistas crianças e jovens marginalizados?

A perspectiva da criança

O desenvolvimento da concepção sobre as crianças ocorreu baseado em mudanças ideológicas, teóricas e judiciais que tiveram impacto no trabalho de educação social com crianças e adolescentes em risco.

A perspectiva da criança pode ser percebida de diferentes formas e tem duplo significado. O pesquisador, o educador social, os adultos em geral buscam refletir uma perspectiva da qual não fazem parte. Enquanto que a criança, que é parte desta perspectiva, normalmente não é instigada a retratar e refletir sobre esta perspectiva.

Portanto, a perspectiva da criança pode ser compreendida como a tentativa dos adultos de entender pensamentos e sentimentos que as crianças talvez tenham sobre elas mesmas e suas vidas.

Metodologicamente isto resulta em dois desafios. Primeiro, a criança é central, não apenas como objeto estudado mas também como um indivíduo – como autora e especialista de sua própria vida. Segundo, o educador social, enquanto tenta compreender a criança, deve realizar várias interpretações e análises sobre o que a criança fala e faz.

A perspectiva da criança está ligada as percepções e ideias da própria criança, a suas próprias histórias.

[A perspectiva da criança é a tentativa do adulto de entender pensamentos e sentimentos que a criança tem a respeito dela mesma e de sua vida](#)

O modo como os adultos percebem, descrevem e interpretam a criança determinam como compreendemos e agimos em relação às crianças. Percepções relacionadas à ciência e teorias que fornecem visão estática e pré-determinada a respeito do desenvolvimento das crianças atribuem as crianças o papel passivo e provavelmente contribui para que haja diminuição do contato com a criança. Em contraste, olhar para a criança como atora garantirá à criança um papel ativo em seu próprio desenvolvimento e ainda irá fortalecer os direitos da criança.

Posições Teóricas

O modo como escolhemos compreender as crianças e a infância dependem de que ponto de vista científico partimos e a qual tradição estamos relacionados.

Muitas pessoas alegam (Corsaro 1997, Qvortrup 1994, Prout 2005) que a

criança e a perspectiva da criança têm sido ausentes ou incompreensíveis em muitas profissões, escolas científicas de pensamento e planejamentos sociais. A baixa prioridade em relação às crianças, na sociedade, pode ser compreendida a partir de uma perspectiva da infância como parte de um processo de transição. De acordo com esta visão, o mundo adulto aprecia as crianças e o que elas fazem de uma perspectiva que entende que as crianças estão se preparando para serem adultas. Deste ponto de vista os valores inerentes, experiências e direitos das crianças ficam ameaçados e a criança torna-se grupo marginalizado da sociedade. As ações próprias da criança, como brincar ou contribuir na escola, não têm valor e não são consideradas como uma parte das operações sociais em sua totalidade.

Crítica sobre como a psicologia e a sociologia conceituam a criança

De acordo com a psicologia do desenvolvimento da criança, teorias de amadurecimento, necessidades e estágios de desenvolvimento afetaram a percepção sobre a infância e são fortemente influenciadas por Sigmund Freud, Erik H. Erikson e Jean Piaget. Estas teorias são universais e retratam a criança como inacabada e imatura.

Escolas teóricas na psicologia, a respeito do desenvolvimento das crianças, tem baseado-se em dois modelos principais. Um é o modelo biológico que encara o desenvolvimento como um processo de amadurecimento natural. A outra teoria está fundamentada em como fatores, como afinidade prematura a objetos ou mecanismos de defesa inconscientes, no início da infância, têm grande impacto no desenvolvimento desta criança. Ambas escolas representam escolas de pensamento onde a criança contribui de forma apenas limitada para o seu próprio desenvolvimento.

Certas escolas de teoria psicológica tradicional direcionam a certas abordagens na prática da educação social. Uma abordagem diagnóstica que foca em experiências não processadas durante a infância tem geralmente sido centrais e teorias da psicologia tem incorporado apenas limitadamente o valor inerente de ser criança.

Na sociologia, as ideias mais dominantes são relacionadas a socialização. Duas escolas de pensamento tem liderando a percepção da criança enquanto ser socializável, ou um produto da sociedade. Uma das teorias acredita que a identidade da criança é moldada a partir de várias influências da sociedade. A criança é internalizada e adapta-se a normas e demandas da sociedade para que se torne um adulto. A outra escola de pensamento vê a socialização como algo que acontece quando o indivíduo, por meio de interação, luta pra se tornar parte de um grupo.

O foco, na sociologia, nos processos de socialização tem sido influenciados pela percepção da criança como um objeto passivo que se adapta a sociedade, normas sociais e ao meio em que vive.

Esta teorias tradicionais não contemplam o fato de que a criança é também parte ativa, indivíduos independentes que de várias formas contribuem para seu próprio desenvolvimento. Quando um educador social conversa com crianças e adolescentes e os instiga a refletirem sobre suas próprias vidas, este educador deve considerar cada criança como um indivíduo ativo e participativo.

O desenvolvimento das crianças pode ser visto como processo de interação entre a criança e o meio em que vive. É uma influência de duas vias, a do meio para a criança e da criança para o meio. Bronfenbrenner (1979) foi um dos primeiros pesquisadores da infância a se opor a pesquisas anteriores que

considerava influenciadas pelo positivismo e que tiravam de foco as crianças e a infância.

Portanto, de acordo com sua inerente personalidade e experiências de vida, crianças tomarão parte ativa na construção do meio em que vivem e em suas condições de vida a partir da escolha e criando ambientes que são coerentes com sua personalidade e caráter.

Isto fica claro na escolhas que as crianças fazem de seus amigos, atividades recreativas, hobbies e decisões que tomam na escola. Schaffer (1999) afirma:

“Em cada caso, crianças constroem ativamente suas próprias experiências quando determinam qual o tipo de meio as dará as melhores chances de auto-satisfação. Portanto, o ambiente não é questão externa influenciando a criança de fora; é uma parte integrante da personalidade da criança que, por meio das atitudes desta criança, se torna cada vez mais integrada em seu processo de desenvolvimento.” (1999:469)

Isto significa que o desenvolvimento social das crianças é um processo ativo, por meio do qual a criança ativamente escolhe o que funciona e o que não funciona. Crianças acessam, interpretam e constroem ambos aspectos sociais e não sociais do meio em que vive. Este ponto de vista considera a criança como indivíduo ativo encarando fundamental processo de desenvolvimento, que abrange um multi-dimensional sistema de influências, onde é a responsabilidade da criança de construir um conceito sobre si mesma e buscar influenciar sua própria vida.

A forma como a criança lida com esta tarefa e responsabilidade é baseada nas primeiras experiências daquilo que é necessário para conviver com outras pessoas. Por meio de relações pessoais e fortes vínculos emocionais entre a criança e seu cuidador ao longo de seu primeiro ano de vida, a criança recebe informações e elabora suas próprias experiências inter-pessoais – como por exemplo se ela pode confiar em outras pessoas, como ela alcança conforto e evita rejeição.

Independentemente da qualidade do cuidado, a maioria das crianças ficarão vinculadas a um ou mais cuidadores. Crianças que desenvolveram padrões comportamentais que demonstram modos de relacionar-se desorganizados ou com distúrbios, por que não foram estimulados em suas reações positivas e iniciativas e tentativas de contato, não são apenas vítimas passivas. Elas têm ações e seus padrões de relacionamento são compreensíveis e funcionais se levarmos em consideração sua situação de vida problemática.

O desenvolvimento da criança para tornar-se ativa e socialmente participante em seu dia a dia

Se você olha para a criança da perspectiva de que ela é agente, como participante ativa em seu próprio processo de desenvolvimento, é diferente de perceber este processo de desenvolvimento como puramente biológico e/ou determinado por influências externas. Sommer argumenta:

“Ao contrário, o desenvolvimento acontece no processo de interação entre os atores. Em outras palavras, a relação competente entre a criança e seu meio social está caracterizada pela ação. As relações pessoais necessárias da qual o desenvolvimento se origina serão construídas ao longo do tempo.” (1997:30)

Partindo desta perspectiva podemos afirmar que o desenvolvimento de uma criança é resultado de sua interação com outras pessoas. Esta compreensão de desenvolvimento é oposta ao de teorias psicológicas que concebem a criança como recebedora passiva, e das teorias socializantes que consideram adaptação e modelagem como suas principais ideias.

Estabilidade no cuidado e educação são primordiais para um desenvolvimento normal de um caráter pessoal

Baseados em pesquisas podemos chegar a conclusão de que a estabilidade no cuidado e educação são primordiais para o desenvolvimento normal do caráter. Mesmo em situações críticas de vida é pouco provável que a criança sofra desde que seu meio seja estável e com certas rotinas estabelecidas.

Continuidade e previsibilidade podem ser considerados uma espécie de proteção e anteparo quando a criança encara mudanças e instabilidade.

Repetições e rotinas não são apenas as características da maior parte da vida familiar das crianças, mas estão também presentes em outros locais onde a criança fica grande parte do dia, como creches e escolas. Desenvolvimento, competências sociais e inclusão social são construídas nas práticas e experiências diárias das crianças.

Continuidade e previsibilidade são como proteção e anteparo quando diante de mudanças e instabilidades

Recentes olhares sobre crianças e infância

Muitas pesquisas sobre a criança alegam um novo paradigma, enraizado no interesse político e científico em relação à criança e à infância, que amplificou-se na década de 70. Este fato torna-se claro quando olhamos para as questões principais no momento: direitos das crianças e o “Ano Internacional da Criança nas Nações Unidas” em 1979, a também foco em maus-tratos e abuso sexual contra crianças. Em muitas profissões era discutido como era possível compreender e desenvolver conceitos sobre a criança e a infância.

Uma importante escola de pensamento nesta linha diz que a infância, as relações sociais e cultura das crianças, devem ser estudadas como seres com seus próprios direitos e não apenas parte do mundo adulto e modo de percepção adulta. James e James (2001) diz que o olhar sobre a criança deve ser baseado em três premissas: a infância é uma construção social; crianças são, por si só, importantes de serem estudadas como seres humanos; crianças são atores sociais competentes.

A tendência, de acordo com o novo paradigma de compreensão sobre as crianças e a infância, não está focado na história da infância mas primordialmente na sociedade atual e na vida social e atividades das quais as crianças participam e são parte de. Se os educadores sociais devem compreender as crianças como atores sociais, eles devem olhar para as atividades e manifestações mais diversas da criança. O desenvolvimento da criança pode ser visto tanto como um processo coletivo quanto individual, onde a criança se relaciona ativamente com o meio em que vive, eventos do dia a dia e em suas interações com outras pessoas.

Os educadores sociais devem olhar para as construções e reconstruções do meio, que são realizadas ativamente pelas crianças – muito mais do que olhar para as ações das crianças de adaptação ao meio em que está. Desta perspectiva, as crianças são criadoras ativas de sua própria identidade e deste modo podem ser compreendidas como sujeitos independentes. Auto-reflexão e participação ativa são características centrais de uma criança competente. Olhar para a criança como competente presume a perspectiva da participação ativa.

Esta perspectiva da participação ativa, que admite que a criança efetivamente afeta o meio em que vive, é diferente da ideia corrente que tem dominado teorias sociológicas e psicológicas sobre as crianças e a infância. As crianças eram vistas como participantes passivos em um mundo adulto, recebendo

contribuições e ideias dos adultos. Estudando e compreendendo como as crianças se comportam em seus meios ambientes e como interagem nos mais variados contextos em que vivem, requer prática social educativa que assume crianças como atores.

O objetivo deste trabalho sócio-educativo requer foco nos vínculos que as crianças têm em relação a seus cuidadores e com as pessoas com as quais têm relações próximas e cotidianas, bem como as relações que ela trava em diferentes contextos. Da perspectiva da criança enquanto atora, ela é percebida como sujeito ativo que interage com o meio em que está, afetando e sendo afetada pelos outros.

A infância passou por muitas mudanças na sociedade pós-moderna. Por trás destas mudanças há uma série de fatores como o individualismo, novas arenas e melhorias nos direitos das crianças. Ao mesmo tempo, a visão sobre a criança tem sido influenciada pela perspectiva da criança como atora, que a concebe como um indivíduo participante e também competente em seu próprio processo de desenvolvimento. Crianças são encaradas como atoras, com seu próprio conjunto de direitos, que interage com o meio em que vive e ativamente toma parte em sua própria socialização e construção de identidade.

As competências que o educador social deve ter, para compreender a vida da criança e o mundo no qual ela vive e interage de acordo com seus próprios interesses, envolve conhecimento sobre os direitos das crianças, reconhecimento de crianças e adolescentes como competentes e o conhecimento de como mudanças podem ser positivas e duradouras na vida destas crianças e adolescentes.

Educação social é baseada nestas competências. Implícito na educação social há uma demanda ética na interação com crianças, adolescentes e jovens. Relacionar-se com a criança como um sujeito requer que sejam consideradas suas experiências e pensamentos como a base principal do trabalho de educação social - diante de interação com um mundo que é usualmente baseado em outras perspectivas, em relação a infanto-juvenil.

2. Artigos centrais da Convenção das Nações Unidas sobre Direitos da Criança - a função e o papel do educador social

Neste capítulo, artigos centrais da Convenção das Nações Unidas sobre Direitos da Criança são introduzidos: proteção, desenvolvimento e inclusão, entendidos como princípios e direitos que educadores sociais e casas de acolhimento devem implementar no cotidiano da prática da educação social.

A convenção das Nações Unidas dos direitos da Criança é a mais ratificada convenção no mundo. Os Estados Partes estão comprometidos em implementar a convenção em suas legislações nacionais. Um comitê das Nações Unidas sobre os direitos da criança fiscalizam a execução, pelos Estados Partes, do que foi determinado na convenção. Os Estados Partes devem apresentar relatório para este comitê, a cada 5 anos, comitê este que usualmente exige informação adicional para esclarecer o status do processo de implementação.

Os direitos da criança

A Declaração Universal dos Direitos Humanos diz que crianças têm o direito a cuidados especiais e suporte.

A convenção das Nações Unidas dos direitos da Criança dá a todas as crianças do mundo direitos formais iguais. Isto vale para toda criança menor que 18 anos de idade, não importa de que lugar do mundo seja proveniente. Crianças devem ser respeitadas como indivíduos ativos e independentes com o direito à proteção, desenvolvimento e participação na sociedade e em decisões que afetam suas vidas.

A convenção baseia-se no princípio de que aquilo que é o melhor para a criança deve ser prioridade em todas as decisões concernentes à criança. Esse princípio está garantido pela legislação, planejamento público, e outras iniciativas em geral assim como decisões concretas e ações como acolhendo uma criança fora de seu lar.

A convenção também preconiza o absoluto direito da criança de expressar-se em todas as questões e circunstâncias que afetam sua vida.

Os Estados Partes comprometeram-se a assegurar:

- Os direitos básicos das crianças: alimentação, saúde, acomodações

- Os direitos das crianças ao desenvolvimento: educação, atividades recreativas, brincadeiras, informação

- Os direitos das crianças de co-determinar: influência, participação, liberdade de discurso

- Os direitos das crianças à proteção: de guerras, exploração e abuso

Crianças tem o direito a cuidados especiais e suporte - A Declaração Universal dos Direitos Humanos

Os princípios gerais da convenção são que a sociedade deve garantir os interesses da criança em todas as ações concernentes a elas (artigo 3). Estados Partes deve tomar as providências cabíveis para garantir que as crianças recebam proteção - incluindo proteção contra todas as formas de discriminação (Artigo 2).

O princípio da não discriminação significa que creches, escolas, arranjos preventivos e casas de acolhimento são obrigados a adaptarem-se às necessidades da criança, seu individualismo e aos valores que a criança traz de suas vivências.

No Artigo 6 os Estados Partes devem reconhecer que toda criança tem o direito inerente à vida e que para tanto, os Estados Partes devem garantir ao máximo a sobrevivência e o desenvolvimento da criança.

No Artigo 12 é confirmado que os devem (1) garantir à criança que é capaz de formar seus próprios pontos de vista o direito de expressar-se a respeito destes pontos de vista livremente em todas as questões que afetem a vida da criança; (2) os pontos de vista da criança devem ser levados em conta de acordo com sua idade e maturidade.

Para este propósito, a criança deve, em particular, ter a oportunidade de ser ouvida judicialmente e em processos administrativos que a afetem, diretamente ou por meio de representação, de forma consistente com as regras processuais da lei nacional.

A convenção estabelece que a criança é um cidadão da sociedade e tem todos os direitos civis garantidos. Isto fica expresso numa série de artigos sobre os direitos da criança, desde o nascimento, a ter um nome e nacionalidade e o direito de ela preservar sua identidade (Artigos 7-8).

Crianças têm o direito a

1. Expressar seus sentimentos e pontos de vista
2. Procurar, receber e compartilhar informação
3. Escolher e praticar suas crenças e sua religiosidade
4. Filiar-se a associações e participar em reuniões pacíficas

(Artigo 13-15)

A criança deve ser protegida de interferências arbitrárias ou ilegais de sua privacidade, incluindo correspondência.

Estados Partes devem garantir que a criança tenha acesso à informação e diversidade de material de fontes nacional ou internacional (Artigo 16-17).

Estados Partes devem garantir que os pais ou guardiões legais tenha a principal responsabilidade de que a criança tenha acesso à educação e garantir seu desenvolvimento. Estados Partes devem garantir assistência adequada na criação da criança. Devem tomar todas as providências cabíveis para proteger a criança de todas as formas de abuso cometido por parentes ou outros, para prevenir todas as formas de abuso e remediar as consequências quando o abuso já aconteceu.

Crianças e adolescentes em risco

Apesar de todas estas garantias existem crianças e adolescentes que não estão bem e para quem a vida podia ser melhor. Crianças que vivem em situação econômica de pobreza, em famílias desarmônicas ou com parentes com deficiência mental; parentes que usam drogas e álcool ou que estão envolvidos em crime. Crianças e adolescentes com experiência de fracasso na escola.

Este tipo de educação aumenta o risco destas crianças e adolescentes terem uma vida adulta marcada pelo isolamento e solidão, doença mental e comportamento anti-social. Uma vida com drogas, álcool e crime.

Muitas destas crianças precisa de uma prévia, oportuna e consistente intervenção para que previna-se que falhem, que viam uma vida de exclusão. Uma intervenção cedo reduz o risco de que os problemas cresçam e marquem a vida da criança com problemas, educação precária e desemprego.

Há crianças que se saem bem independentemente de viverem em condições de pobreza.

Crianças que tem fé em suas próprias capacidades, que enfrentam as circunstâncias complicadas com que se deparam. Ainda assim, ter acesso a suporte de uma rede social é crucial; este suporte pode vir de um professor, um treinador (de esporte), um tio, uma avó, os vizinhos – um bom amigo.

A rede social das crianças é de grande importância, e para crianças e adolescentes em risco esta rede pode ser determinante para a direção que a criança e adolescente tomam. Aconselhamento familiar é exemplo de um arranjo preventivo que inclui esta rede social e garante que a criança receba suporte.

Muito é feito para prevenir que crianças e adolescentes em risco socialmente ou mentalmente escolham o caminho errado.

Serviços preventivos

De vários modos, o trabalho educativo social desvela tanto serviços preventivos para crianças que levam vida normal, como funciona como complemento para uma socialização insuficiente e qualificação da criança e do jovem.

Os serviços preventivos são diversificados e tanto limitam o desenvolvimento inadequado da criança, assim como dão suporte a um desenvolvimento desejado. Apesar de, geralmente, serviços preventivos serem direcionados para limitar desenvolvimento inadequado de crianças e adolescentes que já estão em risco, ambas as perspectivas são parte do trabalho de educação social.

O serviço atual pode constituir um trabalho investigativo para dar suporte a crianças e suas famílias em risco.

Neste contexto, o educador social trabalha para mudar as condições que colocam o bem estar e o desenvolvimento da criança em risco. Seja dando suporte aos pais em seu desempenho de cuidadores ou oferecendo à criança contato com uma pessoa que funcione como recurso de suporte para a criança.

Serviços preventivos podem ainda ter lugar em creches, casas de acolhimento ou escolas. Pode ser na forma de educação integral ou no contra-turno da escola. Como parte de atividades recreativas que forneçam às crianças o sentimento de sucesso, também pode prevenir muitas situações.

Serviços preventivos estão focados em situações atuais – crianças com cuidados especiais de cuidado, tratamento e educação. O acolhimento de uma criança pode ser, conseqüentemente, uma circunstância de prevenção ao agravamento de uma situação de risco e, desse modo, um ato de prevenção. Pode ser extremamente difícil prever situações futuras e problemas de virem à tona. Talvez o melhor modo de prevenir uma situação problemática não é por meio de intervenção e suporte, mas criando uma sociedade que garanta de fato a todas as crianças as melhores possibilidades de desenvolvimento durante os primeiros anos de suas vidas. É de comum acordo que intervenções no início da vida das crianças são primordiais – mais do que aguardar até que os problemas não possam mais ser negligenciados.

Isto significa que intervenções sociais preventivas são mais eficientes quando asseguram as famílias padrões de vida com qualidade e quando creches são de qualidade para que as crianças tenham acesso a melhores possibilidades de iniciarem suas vidas.

Visitas de agentes de saúde qualificados também são parte dos serviços sociais de prevenção que garantem que as crianças tenham melhores

possibilidades de iniciarem suas vidas.

Estados Partes reconhecem que cada criança tem o direito inerente de viver e que o Estado deve garantir ao máximo a sobrevivência e o desenvolvimento da criança.

Quando arranjos preventivos tiverem falhado, seja por que a intervenção não funcionou ou por que ocorreu tarde demais, ou ainda por que problemas e condições de vida eram tão severos que o bem estar e desenvolvimento da criança estavam comprometidos, o estado é obrigado a agir e acolher a criança.

Crianças acolhidas

O acolhimento de uma criança fora de sua casa é uma drástica intervenção. Os pais ou responsáveis legais são responsáveis pela criação de seus filhos e a criança está sob a autoridade de seus pais. Os pais são responsáveis por providenciar cuidado e segurança para a criança – o que, de acordo com a convenção das Nações Unidas dos direitos da Criança, a criança tem direito a. É de responsabilidade dos pais ou responsáveis legais guiar a criança de acordo com os talentos dela e melhores possibilidades de desenvolvimento para ela, e outros países devem respeitar isto (Artigo 5).

Quando os pais ou responsáveis não conseguem administrar ou ignoram esta responsabilidade, o estado pode, de acordo com os melhores interesses para a criança, seus desejos e necessidades, intervir na autoridade dos pais e acolher a criança em lares adotivos ou casas de acolhimento. Isto usualmente acontece quando a criança tem problemas comportamentais ou sociais com os quais os pais não estão aptos a lidar, ou se a vida da criança com seus pais ou responsáveis legais não provê cuidado suficiente, ou onde os pais estão doentes ou são abusadores em potencial.

Em todos os países do mundo há crianças que vivem sob condições particularmente difíceis e que portanto requerem suporte especial - Declaração de princípios sociais e jurídicos de proteção ao bem estar da criança.

Quando as crianças são acolhidas fora de suas casas, o estado é obrigado a frequentemente rever as condições das crianças em lares adotivos ou centros de tratamento (Artigo 25) e deve garantir que as crianças que foram negligenciadas, exploradas ou abusadas tenham o tratamento mais adequado para que possam reintegrar-se a sociedade (Artigo 39).

Instituições, serviços e espaços responsáveis pelo cuidado e proteção das crianças devem estar em conforme com os padrões estabelecidos pelas autoridades competentes, particularmente nas áreas de segurança, saúde, em relação ao número de profissionais treinado adequadamente, assim como sob competente supervisão (Artigo 3).

A criança tem o direito de viver com seus pais a não ser que isto seja considerado irreconciliável com o bem estar da criança. Ela tem o direito de manter contato com os pais se for separada de um deles, ou dos dois. O Estado Parte é obrigado a restabelecer contato se a separação é resultante de qualquer ato iniciado pelo Estado Parte (Artigo 9). Isto significa que o educador social deve cooperar com os pais. Eles devem ouvir os pais e envolvê-los como parceiros em processos de acolhimento.

Educadores sociais que trabalham em lares adotivos ou como família adotiva

tem grande responsabilidade pela educação e cuidado da criança e do adolescente. O educador tem a responsabilidade particular de garantia de direitos da criança durante o acolhimento e de dar suporte para a criança ao longo da vida.

As crianças têm o direito de serem envolvidas e ouvidas. Esta é a essência da convenção das Nações Unidas dos direitos da Criança.

A convenção enfatiza o direito das crianças em participar nas instituições sociais e de serem parte de redes infantis onde vivem. Este é um pré-requisito para o desenvolvimento e educação de crianças.

Desta forma, participando as crianças aprendem como a sociedade se organiza e como ela pode ser parte ativa da sociedade. A sociedade deve dar a criança a oportunidade de ser participativa nestas instituições, organizações sociais e estruturas.

Isto é direito de todas as crianças, contudo crianças acolhidas são particularmente vulneráveis. Ela vivem à margem da sociedade – mantidas a parte de mecanismos centrais sociais e contextos. Esta é a realidade, seja por que a sociedade acha difícil a adaptação social destas crianças, ou por que as crianças é que acham difícil esta adaptação à estrutura e organizações da sociedade.

Estas são crianças e adolescentes com experiências difíceis de participação – excluídas e marginalizadas como estão. Crianças e adolescentes carentes de cuidado, que sentiram-se ameaçadas e ficaram inseguras. Crianças e adolescentes que acham difícil se comportarem em relação a escola, autoridades ou regras comuns. Crianças e adolescentes frequentemente marcadas por doença mental.

São crianças e adolescentes que em algum momento, incondicionalmente, confiaram em outras pessoas. Uma confiança que não foi retribuída, mas explorada ou abusada. Uma confiança que foi retribuída com atitude fria, aborrecida ou raivosa. São crianças de quem roubaram algo muito precioso: seu espírito e oportunidades na vida.

Crianças e adolescentes que precisavam de adultos confiáveis que pudessem prover os cuidados necessários e serem modelos de como ser adulto – algo que a criança deve aprender como parte de seu desenvolvimento.

Ainda assim, consistentes, autênticos e confiáveis adultos não é suficiente.

Profissionais com conhecimento e perícia em reconstrução da auto-confiança e auto-estima da criança, com habilidade em lidar com limites, e habilidades em resolução de conflitos, também são necessários. Profissionais que podem lidar com o medo e a raiva das crianças, capazes de não apenas determinar objetivos para o tratamento mas também de escolherem os métodos certos, e que ainda possam facilitar atividades e processos de aprendizagem que dão à criança a oportunidade de reconquistarem sua vida.

O termo “crianças acolhidas” abrangem um grupo de crianças diversificadas com características individuais. Contudo, comum a todas elas é que elas experienciaram e ainda vivem uma vida dura e com circunstâncias difíceis. Ela têm necessidades especiais de suporte e atenção.

Um lar adotivo ou casa de acolhimento sócio-educativo deve ser uma oportunidade de desenvolvimento para as crianças e adolescentes. Um lugar onde eles podem conviver com adultos que os dão boas vindas e que os olham para além do rótulo de “desajustados”.

Acima de tudo, crianças e adolescentes com difíceis condições de vida, doenças mentais, problemas de comportamento, uso abusivo de substâncias e problemas de aprendizagem, precisam de experiências positivas de

relacionamentos e precisam de continuidade e estabilidade. Elas precisam de educadores sociais que providenciem um ambiente seguro e relativamente livre de conflitos, que em todos os sentidos atuem como adultos e mostrem que eles se importam com estas crianças e que as deem suporte para seguirem com suas vidas.

A criança precisa de um espaço que funcione como “local de respiro” - um espaço livre de toda a agonia do mundo e seus fracassos. Um local onde possam criar relações significativas em detrimento dos problemas sociais e suas vivências posteriores, onde eles sentem que não estão sozinhas e que têm algo em comum com os outros.

A função da educação social

Se lares adotivos ou em casas de acolhimento formam o ambiente físico para a vida privada e as atividades escolares e de lazer da criança, ou mesmo que a criança vá a escola local e faça parte de atividades recreativas locais, a educação social é sempre voltada para que crianças e adolescentes participem e sejam incluídas na sociedade.

Os problemas da criança não são por falha delas, mas devem ser encarados em relação ao ambiente no qual a criança cresceu. O educador social utiliza o entendimento do impacto destas causas na vida das crianças como a base para o seu trabalho. Quando o educador social entende o comportamento da criança, seus problemas e necessidades como significativas formas de lidar com negligência, discriminação e outras privações, como uma forma de a criança administrar suas opções e possibilidades, o educador pode iniciar o trabalho dando imediato suporte e suporte ao longo da vida da criança.

Hoje, o desafio é garantir a inclusão social. Isto significa:

- Estender e diferenciar as expectativas sobre normalidade
- Desenvolver diversidade social
- Criar oportunidades de inclusão social
- Melhorar a situação de vida de crianças e adolescentes em risco

Isto requer competências sócio-educativas e processos que dêem suporte para que crianças e adolescentes socialmente vulneráveis tenham melhores oportunidades em suas vidas e educação. Competências e processos que contribuem para:

- Criação de redes
- Tornar redes diferenciadas possíveis
- Inclusão Social e prática
- Arenas sociais
- Prevenção à marginalização e segregação

Estas responsabilidades estão em conformidade com a convenção das Nações Unidas dos direitos da Criança e exigem reflexão dos educadores sociais: visão crítica sobre a vivência institucional - rotinas, regras e padrões de comportamento - como geralmente ocorre em lares adotivos e casas de acolhimento.

É desafio da educação social implementar a convenção e incorporar seus princípios e padrões na prática da educação social. A educação social está embasada em ideias de humanidade e democracia que alargam fronteiras - democratizando, dando autoridade e autonomia. Valores correlatos aos princípios e padrões da convenção das Nações Unidas dos direitos da Criança. Mas os educadores sociais não estão apenas comprometidos a utilizar a

convenção em sua prática diária. Quando as autoridades falharem em garantir o que é determinado pela convenção, a obrigação ética é tornar as consequências visíveis visto que as crianças em risco particularmente sentem o impacto destas consequências. Portanto, educadores sociais têm a especial responsabilidade de apontarem quando os direitos da crianças são negligenciados pela máquina administrativa do estado.

5. Uma vida cotidiana melhor

Neste capítulo discutimos a vida cotidiana em casas lares de acolhimento e similares como desenvolvida em suas próprias rotinas, regras e padrões comportamentais que emergem e que podem limitar as opções de vida de crianças e adolescentes acolhidos. Há exemplos de como uma cultura que corresponda aos direitos e necessidades de crianças e jovens possa ser desenvolvida.

Próximo da vida familiar

Existem diversos tipos de casas de acolhimento e todas têm em comum o fato de serem lares para crianças e adolescentes em vulnerabilidade, ameaçados e autores de violência, cujos pais não podem cuidar deles. A rotina diária nestes lugares simula o cotidiano de uma família. As crianças, acordam, são mandadas para a escola, são recebidas após as aulas, atividades de lazer são organizadas, visitas ao médico e ao dentista têm de ser planejadas, compras feitas e refeições e hora de dormir.

[Os Estados Partes reconhecem o direito da criança ao descanso e ao lazer, a praticar esportes e atividades recreativas adequadas à idade da criança e de participar livremente na vida cultural e artística.](#)

[- Artigo 31, Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança.](#)

Mas a vida cotidiana em uma instituição de acolhimento é também diferente da vida familiar. A vida em lares de acolhimento ocorre com um grupo de crianças e adolescentes que é habitualmente maior que um grupo comum de irmãos.

A alimentação de todas as crianças é servida ao mesmo tempo. Ou, se a criança e o adolescente vivem em uma família substituta, precisam compartilhar a atenção com os próprios filhos desta família. É real que as crianças acolhidas vivem com duas famílias. Quando as rotinas cotidianas são padronizadas, a vida diária pode facilmente tornar-se institucionalizada.

Em um lar de acolhimento, as crianças são rodeadas por muitos adultos para quem a casa é um local de trabalho, com reuniões de equipe, agendas, coordenação, projetos terapêuticos e discussões em rede. O trabalho em um lar é organizado em torno planos de ação e de tratamentos e certas regras e rotinas: escalas de trabalho, arranjos de contatos pessoais, relatórios e documentação.

A família substituta trabalha em sua própria casa e toda a família está disponível para a criança acolhida. O cuidado é, tanto quanto possível, uma parte integrada à vida da família.

Quando o lar se torna local de trabalho para a equipe, há um risco que a vida em casa se torne institucionalizada.

Ambiente social intenso

Para a criança acolhida com o objetivo de tratamento, pode ser difícil o trabalho quando a vida cotidiana está tão focada em seus problemas psico-

sociais. Eles estão sob constante observação e análise. Um estudo acadêmico do Centro de Pesquisa em Bem Estar da Dinamarca sobre o cotidiano em dois lares de tratamento dinamarqueses descreve como as crianças e a equipe mantêm negociações diárias sobre os problemas das crianças e seu tratamento. A maioria do que as crianças fazem é interpretada – mesmo as coisas mais comuns como fazer um bolo ou brincar com um jogo. A personalidade da criança está constantemente em foco. O resultado é um ambiente social muito intenso que exige muita energia das crianças para viverem lá. De muitas maneiras, viver em uma casa de tratamento dá muito trabalho. Trabalho consigo mesmas e com o lugar entre outras crianças e adultos.

De uma perspectiva da vida cotidiana, é também importante aprender habilidades práticas como limpar e cozinhar e é preciso se familiarizar com compras, bancos, escritórios etc.

Os problemas da criança

É fácil descrever crianças acolhidas como marcadas pelo caos e a instabilidade na atenção que recebem e nas regras que aprendem, como crianças e jovens com dificuldades psicossociais, problemas de desenvolvimento e comportamento. Estabelecer categorias pode ser útil quando o objetivo é entender como as dificuldades na vida da criança influenciaram a história de vida da criança. Isto pode ser adequado quando atenção e ajuda especializada é necessária.

Ao mesmo tempo, a atenção especial dedicada aos problemas da criança podem frequentemente resultar em um apoio de educação social que foque no que está “errado” com a criança e como a criança pode ser apoiada – e portanto o que a criança não é capaz de fazer e como pode ser tratado.

Categorização pode levar à supressão da individualidade e singularidade. Frequentemente vai limitar as expectativas da criança e bloquear a criatividade e o estabelecimento de um espaço para o desenvolvimento das crianças. Categorização pode levar a vidas institucionalizadas.

Espaço para o desenvolvimento

Crianças e adolescentes acolhidos são crianças como todas as outras. Têm diferentes necessidades e oportunidades de desenvolvimento que dependem de suas habilidades e interesses individuais e dos coletivos e comunidades às quais têm acesso.

[Os Estados Partes respeitarão e promoverão o direito da criança a participar integralmente da vida cultural e artística e encorajarão a provisão de oportunidades apropriadas e iguais para atividades culturais, artísticas, recreacionais e de lazer.](#)

[– Artigo 31, Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança.](#)

Crianças e adolescentes vivendo em lares de acolhimento não só são vítimas passivas das circunstâncias da vida difícil. São crianças e adolescentes que agem e desenvolvem comportamento que acreditam ser funcionais e adequados ou, pelo menos, a melhor opção para uma situação problemática.

A situação real em que está a criança ou adolescente e o jeito com que tenta operar com as diversas opções e oportunidades tem de ser entendido como significativo à luz da traição e quebra de confiança. Ao desviar o foco do comportamento da criança ou adolescente para as condições de desenvolvimento, o profissional poderá criar um espaço para o desenvolvimento para a criança ou adolescente acolhido. Isto é, planejar processos de aprendizado e encontrar caminhos com a criança e o adolescente que pode ajudá-los e à sua rede de cuidados na vida.

Ao criar um espaço para o desenvolvimento, quatro parâmetros são importantes:

- A criança deve ter uma vida ativa; estar envolvidas com suas próprias vidas e ambientes.
- A criança deve ter boas relações sociais; viver e se desenvolver entre outras pessoas.
- A criança deve ter uma auto-imagem positiva; ver-se como capaz, útil e valiosa, satisfeita com suas contribuições à vida cotidiana.
- A criança precisa ter um sentimento fundamental de felicidade; uma vida com muitas experiências, segurança e cotidiano satisfatório.

Isto requer uma vida diária onde o apoio de educação social desvia o foco dos problemas da criança e dos comportamentos de risco e se volta para as condições de desenvolvimento e os lares de acolhimento funcionam como espaços para o desenvolvimento.

Lares fechados

Quando a vida segue excluída da comunidade, torna-se facilmente uma vida institucionalizada. As casas de acolhimento têm sido frequentemente criticadas por serem instituições fechadas, com seu próprio estilo de vida. Instituições que desenvolveram suas próprias visões sobre o melhor interesse da criança. Lugares onde a maior parte da vida diária da criança ocorrem dentro da casa de acolhimento; onde a criança e o adolescente acolhido apenas durante um período extremamente limitado são parte da comunidade de seus pares.

Isso não corresponde necessariamente à vida real. Frequentar a escola e participar das atividades locais de lazer são exemplos óbvios de como as casas de acolhimento são unidades não isoladas. As crianças e adolescentes não experienciam as casas de acolhimento como instituições fechadas e a maioria deles têm amigos dentro e fora das casas. Mas participam de menos atividades de lazer que crianças adotadas e crianças em geral.

É obviamente importante que a criança e o adolescente sintam que têm boas relações com seu ambiente. As crianças devem ter a oportunidade de sair espontaneamente de casa e ir às compras, a passeios nas vizinhanças, visitar amigos e receber amigos. Este tipo de contato com a vida fora de casa é em si importante para sua reabilitação.

Não é sempre a equipe que mantém a criança em casa, ou o fato que há sempre outros amigos próximos. Acolhimento é uma proteção da criança que pode vivenciar a permanência como um espaço de tomar fôlego, livre a agonia do mundo exterior. Ainda mais, é razoável apoiar gradualmente a criança na

construção de sua própria vida fora da casa.

Normas e Regras

Como outros ambientes institucionais, uma casa de acolhimento tem um conjunto de normas e regras em relação a certas tarefas e funções. Existe uma estrutura social dedicada a regular o comportamento das crianças e adolescentes acolhidos e da equipe, a cooperação entre os membros da equipe e as relações com a comunidade do entorno. A casa de acolhimento difere da família como instituição por não ter a intimidade da vida doméstica. Em uma casa particular, você pode fazer o que desejar, sem ser monitorado ou ter de lidar com regras impostas de fora.

É claro que alguém pode sempre questionar se uma casa particular preenche as expectativas de liberdade, mas, mesmo assim, é o que crianças e adolescentes frequentemente desejam e o que os educadores sociais tentam oferecer - um ambiente de casa. Isto aparece na forma como uma casa de acolhimento é decorada e através da atmosfera do lugar.

A casa de acolhimento pode ser uma casa ou apartamento em uma área residencial. Quartos particulares para as crianças com uma cozinha e sala de estar compartilhadas. A vida em uma casa de acolhimento idealmente causa a sensação de uma vida familiar cotidiana, com cheiro de café, velas, flores na mesa e pão feito em casa. Esta é transmitida pelo cuidado pessoal com a criança: auxiliando em suas tarefas de casa, ao vestir-se e com sua higiene pessoal, com a convivência acolhedora após o jantar e lendo histórias para dormir.

Alguém pode ainda questionar se este é um quadro verdadeiro da vida familiar atual. Para algumas crianças acolhidas, pelo menos, não é. A vida familiar que uma criança acolhida experimenta é frequentemente diferente da vida em uma família e tem, conforme o caso, sido desqualificada pela sociedade. Algumas crianças podem não ser capazes de lidar com o cuidado e atenção que lhes é exposto, ao só desejarem um lugar com uma mesa, uma cama e uma cadeira.

É, de qualquer forma, a linha pedagógica de pensamento em que a criança adquire novos modelos de oportunidades e papéis em que experimentam e sentem o pertencimento a algum lugar, quando sentem-se em casa e como parte de uma comunidade e percebem ter um lugar seguro como base para sua vida. Porém, a despeito desses esforços, a vida cotidiana em casas de acolhimento será sempre um modo de vida institucionalizado.

A equipe vem e vai, novas crianças chegam enquanto outras são devolvidas para suas famílias. As casas de acolhimento têm suas próprias regras. Regras que podem dar às crianças uma ideia mais clara e realística do que é esperado delas. Elas têm a oportunidade de testar-se. Mas, se as regras são baseadas na vida institucional e não correspondem à vida externa às casas de acolhimento, elas são inúteis.

Regras podem ser restritas e reduzir a liberdade de ação ou darem luz verde para o que desejem dentro de limites definidos. Regras podem ser fixadas ou emergir de negociações diárias - absolutas ou relativas. Podem ser entendidas e administradas diferentemente - rigidamente ou com flexibilidade. Regras

podem ser respeitadas e seguidas ou quebradas e geradoras de conflitos. Quando muitas crianças estão juntas em um mesmo espaço e tempo pode ser difícil ajustar regras e normas para as necessidades de cada criança. Quando muitos educadores sociais são substituídos diariamente – ao sair e chegar para o trabalho – pode ser difícil administrar as regras com uniformidade.

As regras e normas da casa em uma casa de acolhimento devem criar estruturas sociais que dêem às crianças uma auto-imagem positiva, segurança, direitos e responsabilidade. Regras que não contemplam as necessidades das crianças sempre levarão a um estilo de vida institucionalizado.

Os educadores sociais devem, junto com as crianças, planejar processos de aprendizagem que apoiem o desenvolvimento pessoal de cada criança e dar às crianças a oportunidade de se envolverem em sociedade e sentirem-se parte dela.

O Uso da Coerção

Na vida familiar, os pais estabelecem limites de acordo com suas próprias crenças e convicções sobre o que é um melhor interesse de seus filhos. As possibilidades dos pais estabelecerem limites contra o desejo da criança, mesmo quando isto implica em elementos de coerção (obrigando a terminar de comer o jantar, mudar de cidade, vasculhando seus quartos etc.), são judicialmente e eticamente enraizados. Os pais são responsáveis pela criança. Isto é diferente em uma casa de acolhimento, onde os métodos dos pais não podem ser usados da mesma maneira.

Estabelecer o limite do que é visto como coerção é difícil. Em nosso ponto de vista, todas as ações contra o desejo da criança podem ser percebidos como coerção, à luz dos artigos da convenção dos direitos da criança sobre a liberdade pessoal e integridade da criança.

Por outro lado, a equipe é responsável pela criança e pelo jovem. Isto significa que o educador social em diversos contextos terá de tomar decisões sobre a vida da criança e fazer coisas com as quais a criança discorda. É importante, portanto, ter uma sala dos profissionais para ações e para conseguir estabelecer convicções individuais em cooperação com outras pessoas envolvidas.

O uso potencial da coerção com o objetivo educativo, pelo educador social ou a casa de acolhimento, deve sempre ser objeto de reflexão e controle e as crianças e os jovens devem sempre participar ativamente da avaliação desses eventos.

Existem diferentes regras em diferentes níveis que regulam esta área nos países nórdicos, mas o educador social sempre terá a responsabilidade de colocar o tema da coerção em pauta. Isto implica que importantes discussões profissionais e éticas sobre como o trabalho do educador social deve avançar no cuidado e desenvolvimento das crianças e adolescentes.

Consideração Especial

A tarefa de educação social é, por um lado, a prevenção da exclusão social, e por outro lado, apoiar crianças já marginalizadas e excluídas e ajudá-las a

retornar à sociedade. O objetivo é assegurar às crianças e jovens a participação e integração na vida em sociedade.

Como outras crianças, elas devem ter a oportunidade de participar nas atividades diárias e recreacionais – nas premissas da casa de acolhimento e fora dela. Eles devem ter acesso às atividades de lazer organizadas no local em momentos específicos durante a semana. Eles devem ser livres para relaxar e estar, por si mesmas, ou com outras crianças em seu tempo livre fazendo suas tarefas ou brincando com jogos no computador. Eles também devem ter a oportunidade de se juntar à equipe para conversar com eles. Eles devem poder ficar com amigos ouvindo músicas, assistindo televisão, passeando no shopping ou no parque. Crianças mais jovens, devem poder ser apenas crianças e brincar.

Casas de acolhimento devem ser organizadas de modo a que as crianças acolhidas possam tomar suas próprias decisões em assuntos pessoais e ocupar seu tempo com outros assuntos, do modo como desejem, tanto quanto for apropriado para sua idade e maturidade, objetivo do acolhimento e a responsabilidade sobretudo da casa de acolhimento, incluindo a responsabilidade com a segurança e proteção da criança. Cada criança deve ter o direito de circular livremente dentro e fora da instituição e reconhecer os limites estabelecidos para as necessidades de segurança e bem-estar.

Lei sobre os Serviços de Bem Estar da Criança, Noruega

Grande ou pequena, as crianças precisam se relacionar com o mundo ao seu redor de modo a compreender e identificar-se com a sociedade em que crescem. Elas precisam aprender como fazer amigos e ficar em contato com seus pares, a comunidade e a rede familiar, ao ser incluídas em coletivos significativos e que forjam sua identidade.

Todas as crianças precisam disso, mas as crianças em acolhimento talvez precisem ainda mais. Ao viver em uma casa de acolhimento, pode-se facilmente ser isolado dos outros, já que os outros podem facilmente fazer julgamentos sobre a pessoa. Em geral, crianças acolhidas têm menos envolvimento em atividades recreativas que outras crianças e suas experiências são frequentemente negativas. Elas precisam de ajuda e suporte para superar as barreiras que temem ou encontram.

As casas de acolhimento – sejam unidades fechadas ou incluídas na comunidade local – são serviços especializados. Um serviço encarado como pré-requisito para a reintegração da criança em uma sociedade da qual foi rejeitada. Uma vida institucionalizada é a condição das crianças acolhidas que não têm outro lugar para viver. O acolhimento desempenha um significativo papel na vida das crianças e deixa cicatrizes emocionais. Estes fatos exigem atenção especial.

A vida cotidiana é moldada pelas formas da vida institucionalizada em casas de acolhimento. Uma vida institucionalizada que, por períodos mais longos ou mais curtos, é a substituição ou o complemento da vida familiar. Um ambiente de desenvolvimento e amadurecimento com as mesmas oportunidades de outras crianças. Quando as crianças são acolhidas como parte do processo de tratamento ou reabilitação seus problemas e vivências estão em foco. Um pré-

requisito para o sucesso do acolhimento é que a vida cotidiana torna a vida em geral mais administrável. As crianças precisam ser capazes de lidar com a vida cotidiana e a vida diária precisa ser compatível. Idealmente, a vida diária deve ser caracterizada por prazer, alegria e imaginação.

6. Temas - dilemas e desafios

Este último capítulo é uma discussão concluindo coloca a convenção entre os ideais e as condições da realidade. O que pode o educador social fazer, quais dilemas e restrições ele encara? O capítulo termina com um leque de questões a serem discutidos nos locais de trabalho.

A mensagem deste documento é que a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança deve ter um maior impacto e sair da obscuridade. Para uma maior extensão, ele deve ser ativamente incorporado à legislação e à administração pública dos países nórdicos. Não é suficiente que os direitos das crianças sejam parte das leis nos países nórdicos, em relação às decisões das autoridades. Por exemplo, crianças acolhidas em outros lugares que não suas casas deveriam ter garantidos direitos positivos durante o acolhimento, assim com é feito na Noruega.

Todos os países nórdicos deveriam ter um ouvidor das crianças. Um ouvidor que dirigisse sua atenção para os direitos das crianças e para ampliar o conhecimento sobre eles e tornar-se seu porta-voz nos debates públicos. Alguém que é também designado para monitorar o cumprimento da convenção, alguém a quem as crianças e adolescentes possam fazer suas denúncias e queixas.

Vai contribuir para assegurar os direitos das crianças, mas não exige o educador social e a instituição de falar em defesa da criança. Esta obrigação pode colocar o educador social e a família substituta em oposição às autoridades competentes. Desta maneira, deve ser parte da legislação a obrigação de as autoridades competentes ouvirem a ambos, educadores sociais e família substituta, no caso da criança.

Quem quer que saiba de casos de abuso ou maltrato contra a criança ou adolescente é obrigado a comunicá-lo às autoridades competentes. Educadores sociais, como outros profissionais, têm uma obrigação ampliada de denunciar. Esta obrigação advém da exigência da convenção de que os estados partes deverão proteger às crianças de todas as formas de maltrato cometidos por pais ou outras pessoas.

Mas como agem os educadores sociais e outros profissionais quando a sociedade - o estado e as autoridades sociais - falha?

Em todos os países nórdicos existem diferentes tipos de agências de denúncia às quais os cidadãos podem reclamar contra abusos das autoridades - por exemplo em casos relacionados a crianças. E há diferentes leis sobre a escuta aos educadores sociais.

A respeito da possibilidade do educador social e outros profissionais falar em condições de sigilo, sem o risco de perder o emprego ou ameaçar futura contratação, as coisas são diferentes. Servidores públicos podem, como qualquer outra pessoa expressar suas opiniões livremente e tomar parte em debate públicos com suas posições e conhecimentos adquiridos. Mas, muitas pessoas que falaram experimentaram impactos negativos em seus empregos

que intimidaram outros a fazer o mesmo.

Os educadores sociais e outros profissionais devem ter assegurada uma melhor opção de denunciar. Organizações profissionais têm o papel especial de denunciar as condições nos locais de trabalho.

A convenção sobre os direitos da criança é um desafio para a prática do educador social que demanda muito dos agentes profissionais, os educadores sociais. Mas também exige muito do contexto da prática. Nós destacamos o artigo 3 da convenção que estabelece que os estados membros devem assegurar que as instituições, serviços e entidades responsáveis pelo cuidado ou proteção das crianças deverão se adequar a padrões estabelecidos pelas autoridades competentes, especialmente nas áreas de segurança, saúde, com uma equipe técnica e numericamente adequada, assim como uma supervisão competente.

Este é um desafio para a política das autoridades públicas, políticas e gestores administrativos. Isto os torna responsáveis por assegurar as condições adequadas ao serviço.

O direito das crianças a desenvolvimento - escola, lazer, brincadeira e informação.

Na economia do conhecimento global onde os países competem em torno das competências, mais que nunca, é necessário que crianças e adolescentes tenham acesso a escolarização e à educação. A luta para vencer a corrida da competência criará vencedores e perdedores entre crianças e jovens a não ser que criemos um sistema educacional que prepare a todos para participar em sociedade.

Nesta corrida, são frequentes crianças e adolescentes que não estão indo bem, que atravessam períodos difíceis, os desajustados, que encaram o risco de perder. As creches, escolas, instituições de prevenção e casas de acolhimento devem ser vistas como peças de um todo maior e todos devem ser parte de ambientes de aprendizado da inclusão. Ambientes em que o aprendizado é compreendido como participação e onde as comunidades locais são espaços de vida e aprendizado das crianças. É uma convocação à interação e cooperação entre profissionais, voluntários e sociedade civil.

Neste desenvolvimento os educadores sociais desempenham um papel central. A responsabilidade sobre as crianças acolhidas é dividida entre diversas diferentes pessoas, mas o educador social tem uma responsabilidade natural com a vida da criança como um todo durante o acolhimento. O direito da criança à escolarização, atividades de lazer, à convivência com amigos só pode ser assegurada através da cooperação interprofissional.

Nesta cooperação, todas as partes são obrigadas a se perguntar e perguntarem-se, umas às outras, se existem mecanismos institucionais em suas práticas que comprometem a realização dos direitos da criança a escola, lazer, brincar e se informar. De qualquer modo, isto não exige a equipe da creche, escola, instituição de prevenção ou casa de acolhimento a olhar como cada um deles - como sistemas sociais - talvez contribua para a criação de mecanismos de exclusão institucional.

Discussão:

Quais são as barreiras da cooperação interprofissional fora dos contextos tradicionais – com voluntários, organizações de caridade e sociedade civil – e como se pode quebrar estas barreiras?

Como podemos organizar nossos serviços e apoio de modo que todas as crianças – ajustadas e desajustadas – possam ser preparadas para participar na vida educacional e social?

A casa de acolhimento é obrigada a se ajustar à criança, a suas características individuais e aos valores que ela traz do mundo em que vive

A criança tem o direito de ser quem é. Ao mesmo tempo, como qualquer outra criança, a criança acolhida precisa de ajuda e suporte para estruturar seu plano de vida diária. Elas precisam de suporte prático e treinamento para cumprir as atividades diárias. Este é o núcleo do trabalho do educador social – a prática cotidiana. Uma vida diária onde crianças e educadores sociais interagem e cooperam e onde cada um tem diferentes papéis e tarefas enquanto também são dependentes um do outro. Uma vida cotidiana em que as crianças na condição de participantes têm de ser incluídas e ouvidas. Uma vida cotidiana que requer um quarto para privacidade, e para visitas de amigos e da família. Tempo para atividades internas e fora do contexto da casa de acolhimento.

Os Educadores sociais em casas de acolhimento devem continuamente se perguntar e perguntarem-se uns aos outros se suas práticas de educação social dão vida à Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança.

Discussão:

A Convenção das Nações Unidas é usada abertamente na prática diária? As crianças estão conscientes e informadas de seus direitos? Como as casas de acolhimento apoiam as crianças e adolescentes no exercício de seus direitos?

As crianças são ouvidas, elas têm a oportunidade de expressar seus sentimentos e pontos de vista? As crianças são incluídas na tomada de decisões que afetam suas próprias vidas? Elas são livres para expressar suas opiniões e têm acesso à informação? Como o direito das crianças a privacidade é assegurado na vida cotidiana em uma casa de acolhimento?

O suporte e a prática do educador social devem respeitar a dignidade e integridade das pessoas crianças e jovens - proteger e oferecer atenção e apoio especiais à criança.

Os educadores sociais não “gastam tempo” apenas com as crianças para quem e com quem trabalham, crianças cujas condições de vida, e a forma como estas são administradas, tornam suas vidas complicadas. Crianças e adolescentes que desenvolveram padrões de comportamento que lhes parecem apropriados, mas que frequentemente lhes trazem problemas com as pessoas que os cercam. O educador social deve operar com objetivos pedagógicos precisamente planejados e planos de ação determinados pelas

autoridades competentes. É um trabalho focado que requer uma prática de educação social consciente e profissionalmente fundada.

A educação social deve encontrar seus objetivos e tarefas e o educador social precisa identificar seu papel no dilema entre garantir às crianças tanta liberdade quanto possível e ao mesmo tempo preservar a necessidade de um manejo do fazer de educador social e o planejamento das atividades diárias.

Discussão:

Onde está o limite entre o direito da criança à privacidade e a proteção da criança - a responsabilidade de seu desenvolvimento e comportamento?

Como os educadores sociais conseguem sua legitimação quando jovens acolhidos querem fumar maconha ou ficar acordados até de madrugada?

Os educadores sociais buscam frequentemente a cobertura nas regras institucionais para o que podem ou não fazer em casas de acolhimento?

Crianças acolhidas fora de seus lares familiares têm o direito de manter contato com ambos os pais

Existe um amplo consenso de que um acolhimento bem sucedido exige que o profissional escute e inclua os pais como parceiros iguais - sem comprometer o bem estar da criança.

Inegavelmente isto pode levar a uma variedade de conflitos e dilemas. Durante o acolhimento, os educadores sociais são responsáveis pelo cuidado diário da criança, mas deve exercê-lo de modo a manter a responsabilidade dos pais e o direito de ser pais. Como pode o educador social assegurar a preservação dos direitos da criança neste compartilhamento de responsabilidades?

Se a escola demanda uma decisão e não é apoiada pelos pais, poderia escolher chamar o educador social ou a família substituta? Quem decide se uma criança pode ter tatuagens ou piercings?

O trabalho do educador social é operar com a relação da criança com seus pais assegurando que a criança não seja abusada. Mas, e se a criança expressar que não deseja ver seus pais? Como você explica a relação para os pais e cria algo que funcione no futuro? E a questão segue em outro sentido, também - e se a criança diz que não quer estar com seu acompanhante? Como as crianças são incluídas na escolha de seus acompanhantes?

Quando estas questões estiverem respondidas, o educador social e a família substituta poderão também se perguntar se suas práticas têm mecanismos que garantem o contato entre a criança e seus pais. O apoio é organizado de maneira que haja um quarto para a rede da criança? Os pais são ouvidos e incluídos como parceiros iguais?

Discussão:

Como pode a responsabilidade dos pais e o melhor interesse da criança serem considerados e atendidos enquanto se previnem que os primeiros tornem

os últimos impossíveis, de modo a assegurar a continuidade do contato?

Todas as crianças e adolescentes têm direito a uma boa vida infantil

Deve-se falar em defesa do caso da criança e suas necessidades e direitos devem ser apresentados. Este é um trabalho do educador social e de suas organizações. Crianças acolhidas fora do lar familiar devem ter as mesmas oportunidades de desenvolvimento pessoal e saúde como as outras crianças – uma infância comum.

Muito pode ser feito para fazer do espaço físico e do centro de acolhimento simples. O ritmo diário e as atividades cotidianas podem ser próximas da vida familiar. Mas não é habitual viver em uma casa de acolhimento cercada por outras crianças ou viver em uma família substituta. É incomum.

O direito das crianças a se desenvolver, à co-determinação e proteção não podem se resolver sozinhas no âmbito da sociedade em geral. Deve ser operado através das interações com cada pessoa. Nesta interação social, o educador social tem papel central. Um papel de que surgem muitas questões.

Uma pessoa acolhida há muito tempo – acolhida no início dos anos 1960 – que teve de operar com seu processo de socialização e tornou-se algo, apesar dos tempos difíceis que experimentou, com abuso em uma casa de acolhimento, disse em uma entrevista ao visitar o lugar 50 anos depois: “Você sabe o que eu sinto que perdi na vida? Eu perdi minha infância.”

Crianças acolhidas fora de suas casa familiares vivenciam sua educação sob condições especiais com as autoridades públicas encarregadas, as famílias substitutas ou casas de acolhimento como responsáveis pela educação e sem seus pais na vida diária. Nós acreditamos que quando estas crianças ou adolescentes crescerem, devem ser capazes de dizer: “Você sabe que eu tive uma vida incomum, mas uma boa infância.”

Discussão:

Qual o impacto sobre o educador social, pairar entre a responsabilidade relacional com a criança e a obrigação legal com a autoridade que o contrata? Como pode a postura profissional ser exercida nesse espaço?

Com pode uma educação sob condições especiais ser consistente com a infância habitual – e tornar-se incomum, mas uma boa infância?



Ao longo deste artigo, levantamos questões para discussão entre educadores sociais e seus locais de trabalho. Discussões que devem fortalecer o profissionalismo.

A discussão pode ser provocada pelas seguintes questões:

1. Discuta o direito da criança a proteção, desenvolvimento e co-

determinação:

- Como você e seus colegas compreendem estes direitos?
 - Como estes direitos são visíveis na sua prática de educador social e na de seus colegas?
 - Encontre exemplos concretos na prática de educação social e discuta como certas ações, decisões ou situações exemplificam a prioridade dada aos princípios.
2. Escolha os artigos da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança que são relevantes para você e para seu local de trabalho e discuta como eles podem se realizar em na sociedade e em um âmbito administrativo e na interação entre você e a criança. Discuta neste contexto o papel e a responsabilidade do educador social.
3. Use suas próprias ideias do que é um lar e discuta:
- Como é o ambiente físico no local de trabalho em relação a respeitar o lugar como uma casa das crianças?
 - Como é a linguagem e a comunicação acerca dos processos de trabalho e rotinas em termos de respeitar que seu local de trabalho substitui a casa e a vida familiar para as crianças que vivem lá?
 - Como pode a casa de acolhimento se tornar simples/caseira? O que contribui e o que prejudica uma atmosfera doméstica?
4. Discuta a sua compreensão dos conceitos de participação e inclusão e a de seus colegas:
- Como pode ser fortalecida a participação e inclusão da criança e do adolescente através da prática do educador social?
 - Que papéis e competências deveria ter o educador social para assegurar a participação e a inclusão?
5. Discuta como você e seus colegas podem repensar a prática do educador social e as maneiras de organização do trabalho de modo que a convenção das crianças seja usada no trabalho cotidiano:
- O que você pretende fazer aqui e agora?
 - Como você vai organizar seu trabalho a longo prazo?
6. Discuta como o trabalho do educador social pode ser organizado de forma a tornar possível para você e seus colegas se comprometer com as intenções e requisitos da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança:
- O que pode ser feito dentro de seu atual contexto de trabalho?
 - O que é preciso, em termos de um diferente contexto de trabalho e novos recursos?
7. Discuta as questões abaixo a partir de uma perspectiva ético-profissional:
- Discuta situações e eventos que foram difíceis para você ou violaram seu senso ético em relação aos direitos da criança e sua integridade

- Discuta situações e ações que você tomou parte em que você sentiu que foi difícil ou sentiu um dilema em relação a suas próprias normas e padrões:
 - Como você lidou com esses desafios?
 - Como você e seus colegas definem coerção na vida diária de interação com a criança?
 - O limite do que você e seus colegas definem como coerção é discutido ou negociado? Deveria ser discutido ou negociado?
 - Suas ações antes, durante ou depois do uso da coerção foram discutidas? De que maneira a criança ou adolescente foi incluída nesta discussão?
- Discuta se você ou seus colegas experimentam ser individualmente responsáveis pelo trabalho de educador social e suporte e terapia que é determinado pela casa de acolhimento

Discussão:

Comunicação

Como é a comunicação entre a criança e o educador social, que coisas e assuntos influenciam a comunicação diária? A comunicação ocorre de modo à criança compreender o conteúdo e poder participar? As crianças participas das reuniões regulares onde se fala sobre suas situações e são informadas do que vai acontecer no futuro? Você acha que as crianças sentem que os educadores cooperam para ajudá-las?

Participação

As crianças tomam parte nas decisões e influenciam assuntos importantes que se relacionam com suas vidas e situação? As crianças participam da decisão de quando elas precisam de ajuda? As crianças participam da decisão de regras e rotinas na casa de acolhimento?

Accessibilidade e apoio

Os educadores sociais são acessíveis e oferecem apoio às crianças em formas variadas? Os educadores sociais apoiam as crianças para conseguirem melhores relações com suas famílias? Os educadores sociais ajudam as crianças no acompanhamento escolar, para fazerem novos amigos e participarem de atividades recreativas? Os educadores sociais ajudam a criança a contatar as assistentes sociais do município, assegurando que elas façam um bom trabalho?